



*No empenho de determinar
por que caiu o mais
grandioso império
do mundo, muitas vezes
esquecemos os imperecíveis
valores que ele nos deixou*

O Legado de Roma

ERNEST O. HAUSER

NUM DIA de outono, em 1764, um inglês jovem e romântico, Edward Gibbon, sentou-se, pensativo, entre as ruínas do Capitólio, em Roma. Que, perguntava a si mesmo, teria causado a queda de um império que um dia abrangeria «a maior parte da Terra e a porção mais civilizada da humanidade»? Embora muitas indicações tenham vindo à luz desde que Gibbon escreveu, como resultado dessas reflexões, seu monumental *Declínio e Queda do Império*

Ao alto: Arco de Constantino e o Coliseu, numa gravura da série de 135 feitas por Piranese (1720-1778), mostrando Roma ao tempo em que Gibbons escreveu a sua obra *Declínio e Queda do Império Romano*.

Romano, hoje percebemos, sob aqueles sintomas de desagregação que ele via no superpoder de Roma, valores que deixaram impressão indelével na nossa própria civilização.

«Lembra-te, romano, de que esta será a tua missão: governar as nações; manter a paz sob a lei; poupar os vencidos; esmagar os soberbos!» O próprio Virgílio, bardo da glória romana, havia apontado a grandiosa missão de Roma, e foi como força civilizadora que ela ascendeu e dominou. Suas maiores conquistas foram completadas nos dias da República. Em sete séculos, uma aldeia de pastores junto ao Tibre, que se pretende fundada pelos gêmeos Rômulo e Remo em 753 a.C., tornou-se senhora do mundo mediterrânico e de grande parte da Europa continental. Conseguiu-o apenas pelo valor de seus lavradores-soldados, por seu gênio organizador e sua habilidade em fazer que as nações subjugadas se sentissem à vontade sob a águia romana. Um governo admiravelmente equilibrado, concebido para administrar uma cidade apenas, regia todo o império. O Senado romano, composto de romanos conceituados e experientes, supervisionava toda a legislação, controlava os gastos, tratava com potências estrangeiras, decidia sobre guerra e paz e, em conjunto, representava Roma.

A maioria dos patriotas que cravaram seus punhais em Júlio César, nos Idos de Março de 44 a.C., eram senadores. Para eles, o ato sanguinário era o único meio de

salvar a República. Contudo, matando o possível monarca, eles não mataram a ambição. O sobrinho-neto e filho adotivo de César, Augusto, logrou êxito onde falhara seu pai de criação. E assim nasceu um império que duraria cinco séculos, protótipo de todos os impérios coloniais dos tempos modernos. Entre seus setenta e tantos imperadores houve homens bons, maus e medíocres, sábios, cruéis, fracos e fortes. Um deles, Marco Aurélio, filósofo, deixou-nos suas *Meditações*, livro inspirador. Alguns, como Trajano, o Espanhol, provinham de outras terras. Outros, pretendentes rivais ao trono, combateram-se mutuamente até à morte.

Teoricamente, o Imperador era o melhor homem disponível. Na prática, muitas vezes não passava de um reles cavaleiro de fortuna. Seu poder, constituído pela soma total de todos os postos-chave administrativos e eletivos da extinta República, era absoluto. O Senado foi reduzido à impotência. Enquanto gozasse de popularidade junto às forças armadas, o governante pairava acima da lei. O assassinato, única forma de reação a esse governo de um só homem, era usado franca e eficientemente.

Por volta do século III da era cristã, já o Império se estendia desde a Bretanha até à fronteira da Pérsia; do Reno e do Danúbio às areias do Saara. Cerca de 100 milhões de pessoas o habitavam. Um exército de 300.000 legionários bem pagos garantia a sua defesa.

Uma rede de estradas — algumas das quais conservam até hoje seus bem construídos pavimentos romanos — entrecruzava-se por todo o vasto domínio. Naves de guerra patrulhavam as águas. O correio deslocava-se a uma espantosa velocidade de 65 quilômetros por dia. Mercadorias dos extremos da Terra chegavam continuamente a Roma. À exceção de ocasionais incidentes de fronteira, a famosa *Pax Romana* permaneceu intata durante 250 anos. O Império era um lugar seguro para se viver.

Uma civilização uniforme mantinha solidamente unidas as províncias. Em todas as cidades importantes, os deuses romanos eram cultuados nos mesmos grandes templos colunados. Jogos espetaculares e sangrentos — combates de gladiadores, corridas de carros, lutas com animais ferozes — eram promovidos nos mesmos estádios gigantes. Funcionários civis altamente preparados distribuíam justiça. A propriedade era protegida. O crime era punido, mas os cidadãos romanos podiam invocar o direito de serem julgados pelo próprio Imperador. Como padrão da arte de governar e de organização, o Império jamais foi suplantado.

Roma era o centro palpitante desse superestado. Com cerca de 19 quilômetros de circunferência, tinha-se tornado a maravilha do mundo. Desde que o primeiro imperador, Augusto, em suas próprias palavras, a encontrou «feita de tijolos e deixei-a feita de már-

more», uma série de governantes havia esbanjado somas alucinantes no embelezamento de Roma. Um estádio, o Circus Maximus, acomodava 250.000 espectadores. Onze aquedutos traziam diariamente mais de 1,3 bilhões de litros de água fresca das montanhas para a capital. Balneários, cujos grandes átrios abobadados eram milagres de engenharia, enchiam-se, todos os dias, de romanos que trocavam boatos e se distraíam. Contemplada da Colina de Palatino, suntuoso palácio dos césores, Roma era uma vista tão magnificente que um príncipe persa, visitando-a no ano 357 da nossa era, admirou-se: «As pessoas serão *mortais* aqui?»

Hoje, porém, sabemos que essa magnificência era, na realidade, pouco mais que uma miragem. A disseminação da riqueza era reduzida; o que faltava a Roma era uma alta classe média. As estatísticas mostram que a mesma Roma que deslumbrava os visitantes com sua grandeza imperial possuía apenas 1.800 residências particulares suntuosas — ao lado de 46.600 cortiços miseráveis. Um minúsculo grupo de elite social equilibrava-se precariamente sobre um proletariado miserável e fervilhante, que vivia de migalhas imperiais e do proverbial «pão e circo». Nem a opulência dos que estavam por cima era tão extravagante ou «obscena» como a imaginam ficcionistas. As aparências eram mantidas quase que só com custosos banquetes. «Muita tolice tem sido dita sobre o luxo dos

romanos como uma das causas de seu declínio», escreve J. C. Stobart em *The Grandeur that was Rome*.

E, se esquecermos a depravação pessoal de certos imperadores, a sociedade romana não parece devassa ou perversa. Crime organizado, drogas, marginais, poluição urbana — Roma não tinha realmente qualquer desses problemas. Muito embora a prostituição, masculina e feminina, fosse um fato da vida, e o divórcio fosse fácil, seria preciso torcer a História para afirmar que Roma «declinou e caiu» por causa da corrupção moral.

Então, que estava errado? Em primeiro lugar, a busca da felicidade era bloqueada a cada passo por um sistema social inflexível. Poucos conseguiam esgueirar-se através das barreiras sociais. Uma poderosa burocracia, cujos métodos incluíam a tortura, oprimia a população, muitas vezes destruindo-lhe as bases da subsistência. Muitos pequenos agricultores abandonavam as terras de seus antepassados por causa dos impostos esmagadores, indo engrossar as fileiras de uma desesperada população urbana. A escravidão, baseada no trabalho forçado de prisioneiros de guerra, atingiu proporções quase inacreditáveis nos tempos imperiais. Enquanto os traficantes de escravos vasculhavam continentes distantes na busca de mercadoria humana, mercados como o da Ilha de Delos movimentavam diariamente dezenas de milhares de escravos estrangeiros. Os trabalhos pesados eram feitos por eles. Eram

os escravos que faziam coisas, que consertavam coisas. Tudo isso deixava pouca margem para o progresso e o espírito inventivo. A tecnologia não progrediu. Não havia mercado, nem procura, para produtos manufaturados. Em vez de uma economia em expansão, o que havia era estagnação.

A luxuriante Itália, outrora rico país exportador de agricultura, jazia abandonada. Nos últimos tempos do Império, seus agricultores independentes tinham praticamente desaparecido. Para que trabalhar a terra, se se podia importar vinhos da Grécia, trigo do Norte da África e azeite da Espanha? Uma torrente incessante de ouro deixava a Itália para pagar as importações e para financiar obras megalomânicas em cidades nas províncias. O dinheiro perdeu todo o significado e o povo instituiu um regime de trocas. Seguiu-se o caos.

Um édito do Imperador Diocleciano, congelando preços e salários, chegou até nós. Estabelece penas severas para os especuladores. Por exemplo, os padeiros que vendessem seu pão acima do preço oficial arriscavam-se a ser executados. Ao mesmo tempo, o exército e a administração eram rigorosamente reformados. Os filhos eram obrigados a seguir a profissão dos pais. «Disciplina» era a palavra de ordem do dia. As medidas de Diocleciano contiveram a inflação, e quando, forçado por problemas de saúde, resignou, no ano 305, conquistara o título de «Refundador do Império».

Contudo, faltava ainda alguma coisa. O Império era um colosso à procura de uma alma. Sentia-se uma falta de finalidade em todas as fases da vida. Era como se os antigos deuses tivessem perdido seu poder; poucos pensavam que Júpiter e Vênus fossem mais que estátuas decorativas no Capitólio. Os anseios espirituais das massas não eram satisfeitos.

Nessas condições, foi a corações aflitíssimos que Paulo, Apóstolo das Gentes, trouxe pela primeira vez a mensagem de salvação. Os primeiros cristãos de Roma eram escravos, proscritos, favelados — os pobres de espírito. Sem dúvida, a desorientação espiritual do mundo pagão favorecia-lhes a causa. Por isso, pouco mais de três séculos após a morte de Cristo, um imperador romano, Constantino, o Grande, abraçou o cristianismo. Fundando a «Nova Roma» — Constantinopla — às margens do Bósforo, ele dividiu o Império em dois.

Roma morreu como havia surgido — pela espada. Nas estepes da Ásia acontecera algo que até hoje continua obscuro. Povos punham-se em marcha. Hordas incontáveis de povos semi-selvagens — godos, vândalos, hunos — entraram em rota de colisão com Roma. Com um misto de repugnância e respeito, os romanos chamavam-nos bárbaros. Essa palavra assumiu um toque de Juízo Final.

Roma foi três vezes sitiada e saqueada. Numa frenética dança da morte, nove imperadores suce-

deram-se durante os últimos 20 anos do Império. E quando, em 476, Odoacro, um chefe tribal das florestas do Danúbio, invadiu a Itália e depôs o último Imperador — um rapazola chamado Romulus Augustulus — fez-se coroar o primeiro rei bárbaro da Itália. E poucos contemporâneos se detiveram para registrar que acabava de expirar o maior império do mundo.

«A história da sua ruína é simples e óbvia», concluiu Gibbon. «E, em vez de perguntar por que foi o Império destruído, deveríamos antes surpreender-nos com o fato de ter subsistido por tanto tempo.»

Que força mágica, bem podemos perguntar, o tinha mantido? Uma resposta a essa pergunta pode ser achada nas antigas virtudes que inspiraram os grandes romanos do passado. Através dos anos de decadência, persistia uma saudade dos «bons tempos de outrora». Nomes como os de Cícero e Pompeu viviam na memória dos romanos. Os antigos poetas e filósofos continuavam a ser lidos. As famosas histórias dos legendários heróis de Roma eram sempre repetidas. Foi esta força das antigas instituições e idéias, presente, de certa forma, no próprio sangue de cada romano, o que conseguiu que se mantivesse vivo o Império muito tempo depois de ele ter perdido sua razão de ser.

Roma simplesmente não podia desaparecer. À medida que antigas províncias—Portugal, França, Itália, Romênia — se transformavam em novas nações, falavam as línguas

românicas baseadas no jargão das legiões. O próprio latim permaneceu como a língua do saber. E o Direito romano, apurado por gerações de grandes juristas, nutriu com seus princípios humanos e equilibrados os sistemas jurídicos do mundo ocidental. Mas, acima de tudo, é o conceito romano da dedicação do homem ao bem comum que até hoje governa a nossa consciência cívica. O servidor público moderno,

que é investido na mais digna carreira que a nação pode oferecer, tem uma dívida de gratidão para com Roma.

Manter vivos e transmitir esses valores foi a função histórica do Império Romano. Seu próprio colapso, quando finalmente sobreveio, já não tinha maior importância. Na morte do Império estava a sua vitória. Sua missão civilizadora estava cumprida.



O TIO de um amigo meu um dia começou a lembrar como era o Natal na década de 1930, durante a depressão econômica de triste memória, quando ele ainda era criança. «O dinheiro não chegava para comprarmos enfeites para a árvore de Natal», disse ele, melancólico, «e tínhamos de nos conformar em decorá-la com laranjas e maçãs.»

Pensando tristemente naqueles velhos tempos, meu amigo perguntou-lhe: «E você gostaria de enfeitá-la assim, este ano?»

«Quem me dera», foi a resposta. «O dinheiro não dá para isso.»

— E. B. W.



Maneiras de Dizer

QUEM diz que onde há fumaça há fogo, é porque nunca cozinhou num acampamento.

— C. T.

E HÁ também a história da garota que está tentando fugir de casa; cada vez que chega à porta, o telefone toca.

— C. N. S.

A MELHOR maneira de uma dona de casa ficar sossegada um minuto é ir para a cozinha e começar a lavar a louça.

— A. G.

CARTÃO de Crédito é o que as pessoas começam a usar quando descobrem que dinheiro não compra tudo.

— H. E.